

ano 6 - n. 11 | julho/dezembro - 2020
Belo Horizonte | p. 1-240 | ISSN 2447-2026
R. Bras. de Dir. Urbanístico – RBDU

**Revista Brasileira de
DIREITO URBANÍSTICO**

RBDU

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU

Coordenadora-Geral

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

Coordenadora Adjunta

Adriana Nogueira Vieira Lima

Conselho Editorial

Dr. Alex Ferreira Magalhães (UFRJ)
<http://lattes.cnpq.br/9383871504452656>

Dr. Emerson Gabardo (UFPR e PUC/PR)
<http://lattes.cnpq.br/3091904591160385>

Dr. Álvaro Sanchez Bravo (Universidad de Sevilla, Espanha)
<http://lattes.cnpq.br/5084987763906138>

Dra. Marinella Machado Araújo (PUC/MG)
<http://lattes.cnpq.br/9567055202539882>

Dra. Betânia de Moraes Alfonsin (PUC/RS)
<http://lattes.cnpq.br/2759534639224252>

Dra. Marise Costa de Souza Duarte (UFRN)
<http://lattes.cnpq.br/8614705824393576>

Dr. Claudio Oliveira de Carvalho (UESB)
<http://lattes.cnpq.br/8313743261334435>

Dr. Nelson Saule Junior (PUC/SP)
<http://lattes.cnpq.br/7226929140345329>

Dr. Daniel Gaio (UFMG)
<http://lattes.cnpq.br/3860243568106899>

Dr. Paulo Afonso Cavichioli Carmona (UNICEUB)
<http://lattes.cnpq.br/0471763465230262>

Dra. Daniela Campos Libório (PUC/SP)
<http://lattes.cnpq.br/7582517839705764>

Dr. Thiago Marrara de Matos (USP)
<http://lattes.cnpq.br/5001783167154079>

Dr. Edésio Fernandes (University College London, Reino Unido)
<http://lattes.cnpq.br/8715939045729830>

Comitê de Pareceristas desta Edição

Aparecida Netto Teixeira; Benny Schvarsberg; Cacilda Lopes dos Santos; Demóstenes Andrade de Moraes; Jacqueline Alves Soares; Leticia Osório; Lívia Miranda; Luciana Bedeschi; Mariana Levy Piza Fontes; Maria José Andrade de Souza; Paulo Somlany Romeiro; Tânia Cristina Azevedo; Vanesca Buzelato Prestes

© 2020 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

R454 Revista Brasileira de Direito Urbanístico: RBDU. – ano 1,
n. 1, (jul./dez. 2015) – Belo Horizonte: Fórum, 2015

Semestral
ISSN 2447-2026

1. Direito urbano. 2. Direito público. I. Fórum.

CDD: 347.81
CDU: 349.44

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A atuação da Defensoria Pública nos conflitos fundiários urbanos: uma análise sobre a recepção judicial dos institutos do novo Código de Processo Civil

Allan Ramalho Ferreira, Giovanna Bonilha Milano, Rafael Negreiros Dantas de Lima, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, Vanessa Chalegre de Andrade França 9

1	Introdução	10
2	O cenário dos conflitos fundiários brasileiros e o papel do sistema de justiça (2014-2015)	11
3	A intervenção da Defensoria Pública prevista no art. 554, §1º, e art. 565, §2º, do CPC: a nova figura do <i>custos vulnerabilis</i>	14
4	Análise da intervenção da Defensoria Pública de São Paulo a partir do Novo Código de Processo Civil (2016-2019)	16
5	Considerações finais <i>ou</i> Em defesa da defesa	20
	Referências	21

“Nos barracos da cidade”: a luta das ocupações “Cidade Bonita” e “Comunidade Maravilhosinha” pelo direito à moradia adequada em Vitória da Conquista/BA

Gilson Santiago Macedo Júnior, Claudio Oliveira de Carvalho 23

1	Introdução	23
2	Direito à moradia adequada: caso de polícia ou de política?	24
3	Considerações finais	34
	Referências	36

O desafio da participação popular no planejamento urbano brasileiro: o caso do Plano Diretor de Florianópolis

Marina Toneli Siqueira, Larissa Siqueira Chaves, Ana Leticia Saquete Gonçalves 37

	Introdução	38
	A participação no planejamento urbano: da demanda popular ao princípio normativo	39
	Florianópolis e o histórico de sua política urbana	42
	O vai e vem do plano diretor participativo de Florianópolis	44
	Primeira fase (2006-2009): do início do processo à constatação da ameaça da participação popular	45
	Segunda fase (2009-2014): da Fundação CEPA à aprovação da lei municipal	47
	Terceira fase (2014-até o presente): a reabertura do processo de elaboração do plano e as suas consequências	50
	Considerações finais	56
	Referências	58

Permanências e discontinuidades na condução da política urbana em Curitiba:
o processo de revisão das normativas de uso e ocupação do solo sob a
perspectiva dos segmentos sociais envolvidos

Mônica Máximo da Silva	63
Introdução	63
Contexto pretérito: arranjos políticos, institucionais e sociais na condução da política urbana de Curitiba.....	73
Conjuntura presente: processo revisório das normativas de uso e ocupação do solo em Curitiba.....	76
Considerações finais.....	86
Referências	88

O Parque linear Capibaribe em Recife/PE e a revisão do plano diretor da cidade:
interfaces jurídicas

Fernanda Carolina Costa, Klaus Ludwig Schilling Maciel	93
Introdução	93
I Breves linhas sobre o Parque Capibaribe	96
II Natureza jurídica dos parques lineares	96
III O parque linear e áreas do entorno: necessária revisão do zoneamento urbanístico	99
IV Reflexões finais	110
Referências	112

O Fórum Direito à Cidade e a revisão do Plano Diretor de Natal: da forma ao
conteúdo por uma cidade mais justa

Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, Sarah de Andrade e Andrade, Amíria Bezerra Brasil, Ruth Maria da Costa Ataíde	115
Introdução	116
1 Aproximações e compreensões sobre o planejamento urbano e territorial no Brasil	116
2 Breve trajetória da construção do planejamento urbano e territorial em Natal e da atuação do Fórum Direito à Cidade	119
3 Processo de revisão do Plano Diretor de Natal: caminhos e reflexões ainda em construção	123
3.1 Fases presenciais da revisão do Plano Diretor de Natal e os conflitos decorrentes das imprecisões formais	127
3.2 Construindo contranarrativas em defesa de cidades mais justas	129
4 Fases virtuais da revisão do Plano Diretor de Natal e o adeus ao conteúdo	139
4.1 A Conferência Final virtual de revisão do Plano Diretor de Natal	142
Conclusões	144
Referências	146

O desmonte da política ambiental do Brasil: da boiada à desregulação dos
mangues e restingas

Elaine Taborda, Rosane de Almeida Tierno	149
I Introdução	149
II Cronologia do desmonte da política ambiental do país	152
III Resolução CONAMA nº 500/2020	169
IV Considerações finais.....	177
Referências	180

Um debate fragmentado: os 15 anos do Plano Diretor de Mariana
(Minas Gerais) – 2004/2019

Wagner Muniz	187
Introdução	187
Uma valsa com tropeços: a confecção do Plano Diretor	191
O anel da debutante: o Plano Diretor e os instrumentos para a gestão territorial....	197
Fim de festa e o debate fragmentado: pontuações sobre o Plano Diretor.....	205
Conclusões	212
Referências	213

PARECER

Nota Técnica nº 01/2020

Vanessa Chalegre de Andrade França, Allan Ramalho Ferreira,

Rafael Negreiros Dantas de Lima

1	Objeto da nota técnica	218
2	Do regime jurídico das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).....	219
2.1	Do conselho gestor da ZEIS como um dos instrumentos de gestão democrática da cidade	222
2.2	Da regularização fundiária como conteúdo da função social da propriedade definido pela demarcação de imóvel como ZEIS	225
2.3	As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e o vínculo entre política habitacional e o planejamento urbano	226
3	Das implicações da realização do projeto habitacional contratado pela COHAB/SP por meio de parceria público-privada em áreas demarcadas como ZEIS 1.....	228
3.1	Da precedência da constituição de Conselho Gestor em relação à elaboração e aprovação do projeto urbanístico e de qualquer intervenção urbanística na área definida como ZEIS 1	228
3.2	Do dever do município de promover moradia digna aos ocupantes de ZEIS 1: da necessária vinculação do atendimento habitacional pela parceria público-privada da COHAB/SP às famílias eventualmente removidas em decorrência da execução das obras.....	233
4	Da conclusão.....	236

Instruções para os autores..... 239